



Índice

- 01** Indígena mata filho, é agredido e preso em São João das Missões
- 02** Francisco convida Erwin Kräutler, bispo do Xingu, como colaborador na elaboração da encíclica sobre ecologia
- 03** Na falta de estrutura...
- 04** Barco Hacker promove intercâmbio e geração de renda a ribeirinhos
- 05** Canonizado pelo papa, Anchieta não é santo para os índios
- 06** De 31 de Março para José Joaquim de Camargo
- 07** Campeonato reúne Povos Indígenas na aldeia São José
- 08** Índios procuram Defensoria em busca de direitos básicos e solução para conflito
- 09** Mais uma vez, reunião entre Vale e índios sobre indenização por uso das terras é adiada
- 10** PRR1 é contra reintegrações de posse em terra indígena Tupinambá, na Bahia
- 11** Moção de apoio ao Povo Indígena Tenharim de Humaitá/AM
- 12** Lançamento da Campanha Resistência Guarani SP, 17/04, às 16hrs, em frente ao Pátio do Colégio
- 13** Etapa Belém do Seminário Carajás 30 Anos tem início esta semana
- 14** Maria Rita Kehl: "CNV vai classificar mortes no campo como violações aos direitos



humanos”

- 15** Camponeses realizam ações em todo mundo em defesa das sementes crioulas
- 16** Ribeirinhos e os problemas sociais urbanos I
- 17** Ribeirinhos e os problemas sociais urbanos II
- 18** Caarapó realiza trabalho de acompanhamento contínuo com antropólogo da Capital
- 19** Apelido de governador, idioma indígena e estádio de futebol influenciaram nomes de bairros da Capital
- 20** Pedido de demissão de indígena sem chancela da Funai é considerado nulo
- 21** Bebê indígena de Parauapebas-PA morre com suspeita de infecção pelo vírus H1N1
- 22** Indígena douradense morre atropelado em Santa Catarina
- 23** Artista Deuseni Félix retrata indígenas assim como os bororos que foram os que iniciaram a etnia da capital
- 24** Palmas apresenta projeto para Jogos Mundiais Indígenas
- 25** Mulheres indígenas buscam espaço em conselhos federais
- 26** Lei aprova orçamento de R\$ 200 mi para fundo de terras indígenas em MS
- 27** Farsul mobiliza produtores para audiência sobre terras indígenas em Passo Fundo (RS)
- 28** Pesquisas arqueológicas nos territórios indígenas serão tema de discussões
- 29** MPF recomenda que Seduc institua magistério indígena no Ceará
- 30** Em audiência pública sobre PEC 215, deputados ouvem queixas de índios



Indígena mata filho, é agredido e preso em São João das Missões

SÍTIO O TEMPO, 07.04.2014

Vítima não teria gostado das atitudes do pai em relação a mãe e a irmã, foi tirar satisfações e acabou esfaqueada; jovem foi levado para uma unidade de saúde, mas, não resistiu aos ferimentos e morreu no local

CAMILA KIFER

Um indígena de uma aldeia localizada em no município de São João das Missões, no Norte de Minas, foi preso pela Polícia Militar (PM), durante a madrugada de domingo (6), por suspeita de matar o filho a facadas. O crime chocou os cerca de 11 mil habitantes da aldeia Xakriabá.

Segundo o sargento Adriano Faustino de Almeida do 30º Batalhão da PM, que atendeu a ocorrência, no fim da noite de sábado (5), a mulher de Evaristo Pereira dos Santos, de 59 anos, havia discutido com a filha. O pai não teria gostado da maneira que a companheira havia se portado e decidiu sair com a filha. Quando os dois retornaram já era madrugada de domingo, porém, a jovem estava embriagada.

Ainda de acordo com o sargento, o fato teria gerado revolta no outro filho do casal que não gostou da atitude do pai. Depois de entrar em luta corporal com o filho, Santo pegou um facão e atingiu várias vezes o filho. As vítimas foram levadas para o Fundação Hospital de Amparo ao Homem do Campo da cidade de Manga. O suspeito do crime foi agredido por outros indígenas que moram na comunidade, porém, foi socorrido pela família e encaminhado para a mesma unidade de saúde.

O suspeito foi detido e encaminhado para a Delegacia de Plantão da cidade. A expectativa é de que ele siga preso até o julgamento. "Ele está cumprido prisão preventiva, já que a delegada já ratificou o flagrante e vai pedir a preventiva para ele", declarou o sargento.



Francisco convida Erwin Kräutler, bispo do Xingu, como colaborador na elaboração da encíclica sobre ecologia
SÍTIO CIMI, 07.04.2014

Erwin Kräutler, bispo de origem austríaca, missionário no Brasil, foi chamado pelo Papa Francisco para ajudá-lo na redação da próxima encíclica sobre os pobres e o cuidado do ambiente, como ele mesmo informou na entrevista concedida ao Orff Journal. A notícia foi divulgada pela agência KathPress.

A informação é de Maria Teresa Pontara Pederiva, publicada por Vatican Insider, 06-04-2014. A tradução é da IHU On-Line.

Kräutler, nascido em Koblach, em 1939, primogênito de seis irmãos, pertence à Congregação dos Missionários do Preciosíssimo Sangue. Depois dos estudos de filosofia e teologia em Salzburg, em 1965 partiu como missionário na Amazônia e em 1980 foi nomeado bispo na maior diocese, em extensão geográfica, do Brasil: a diocese de Altamira-Xingu, tornando-se bispo auxiliar do seu tio Eurico, e, um ano depois, o seu sucessor.

De 1983 a 1991, Kräutler foi presidente do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Em 2006, quando D. Gianfranco Masserdotti, presidente em exercício morreu num acidente, Kräutler foi reconduzido à presidência do Cimi.

Em 1997 foi um dos quinze delegados eleitos para participar do Sínodo para a América e naquela ocasião foi o porta-voz do povo brasileiro cujo território estava sendo brutalmente saqueado.

Sempre na primeira linha na defesa das populações locais ameaçadas pelo desmatamento ao longo dos rios da Amazônia, o bispo austríaco recebeu, em 2010, o Prêmio Nobel alternativo “pelo seu compromisso a favor dos direitos humanos das populações indígenas e pela sua luta pela conservação da floresta pluvial na Amazônia”.

Muitas vezes ameaçado de morte (em 1987 sobreviveu a um atentado onde foi morto o seu motorista), continuou a se posicionar ao lado das populações na defesa da dignidade humana e do ambiente da Amazônia.

A relação pobres-ambiente, muito cara a Papa Francisco desde o início do seu pontificado, para o bispo Kräutler é algo que está presente na sua ação cotidiana com a mais genuína Teologia da Libertação: a sua luta é contra a pobreza para que seja garantido a cada pessoa um trabalho e um salário justo acompanhado da promoção do reconhecimento dos direitos fundamentais, como a saúde e a defesa do território.

Kräutler, que no próximo mês de julho completa 75 anos, provavelmente apresentou ao papa
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 64./ 2014

Brasília, 08 de abril de 2014.

Francisco, na audiência da última sexta-feira, 5-04-2014, a sua demissão. Os temas da audiência foram, segundo Orf, os direitos dos povos indígenas, as ameaças a que são submetidos os povos indígenas com a construção das grandes barragens, os impactos e as consequências da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e algumas propostas para enfrentar a falta de padres numa diocese que tem a extensão geográfica equivalente à Alemanha. Kräutler informou que o Papa esperava dele “propostas corajosas e audazes”.

Sobre a encíclica, se de um lado a nomeação de Kräutler (em alemão se fala de “Mitautor”, isto é, co-autor, mas na realidade tratar-se-á de uma colaboração estreita) faz pensar na articulação que o Papa Bergoglio reconhece entre o cuidado da criação e a promoção da justiça (são os pobres que sofrem as mais dramáticas consequências), como o Papa lembrou na recente entrevista aos jovens flamengos, por outro lado, trata-se de um sinal que a redação da encíclica está em curso, ou, pelo menos, em fase de estudos.



Na falta de estrutura...

SÍTIO CARTA CAPITAL, 07.04.2014

Guta Assirati, presidente interina, tenta suprir com simpatia o esvaziamento da Funai. Por Cynara Menezes

Como se vê na foto menor em que aparece o cacique Raoni, os índios costumam olhar para Maria Augusta Assirati, a atual e ainda interina presidente da Funai, como se ela fosse uma versão contemporânea de Iracema, a virgem dos lábios de mel do romance de José de Alencar. Infelizmente, Guta não exerce o mesmo fascínio sobre os ocupantes do Palácio do Planalto. Enquanto a presidente da Confederação Nacional da Agricultura, a senadora Kátia Abreu, crítica contundente do trabalho dos indigenistas, teve ao menos quatro audiências com Dilma Rousseff nos últimos 12 meses, a responsável pela Funai só foi recebida uma única e escassa vez pela presidenta. E há nove meses espera em vão sua efetivação no comando da fundação.

A advogada paulistana de 37 anos tenta manter o sorriso quando pergunto se o fato de não ter sido efetivada é um sinal claro do esvaziamento do órgão. "Ter um presidente efetivo, passar por uma situação de estabilidade, seria um reconhecimento importante", desconversa. Insisto: os indígenas estão entre as prioridades do governo? "Na verdade, os índios nunca foram prioridade de governo algum. Há 500 anos é assim."

Guta assumiu a Funai em junho passado, em substituição à antropóloga Marta Azevedo, primeira mulher a ocupar o cargo, que alegou problemas de saúde para deixar a Funai. Em outubro, em uma entrevista ao blog de Felipe Milanez, no site da CartaCapital, atribuiria à atual política indígena as causas de seus males. "Fiquei com um problema sério de saúde, uma doença autoimune, que pode ser debitada na conta dos ruralistas. Se não fossem eles, muitos indígenas estariam vivos e eu estaria saudável."

Especializada em Direito Público, Guta nunca tinha se dedicado à questão indígena até trabalhar na fundação (antes de assumir a presidência interina, ela ocupou a Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável). "Conhecer os povos indígenas e a sua luta dá a oportunidade ou de ser picada pelo mosquito da causa, e aí você se envolve de uma maneira muito intensa, ou de não ter nenhuma identificação. Eu me identifiquei muito rapidamente, fui picada."

Nos bastidores, consta que Guta faz muito sucesso entre os índios, não exatamente pela atuação destacada no comando de um órgão esvaziado, e sim pela beleza morena. Segundo uma funcionária da Funai, os índios sempre saem do gabinete da presidência com sorrisos nos lábios. Ela ri da história e atribui essa satisfação à sua opção de sempre falar a verdade. "Índio não mente, então eu também não minto para eles. Acho horrível prometer alguma coisa e depois não poder cumprir."

CONT.



Ser mulher e jovem a transformou em alvo de ataques machistas dos inimigos das causas indígenas. Para provocá-la, um blog apócrifo chegou a divulgar um poema seu, da juventude, seguido de comentários jocosos. O poema diz: Fiz do verso a alegoria de meus medos/ da palavra, a fantasia dos dias/ em que eu, nua, vestia preto. A presidente da Funai diz que a apelação ao machismo "não é infrequente" e afirma pretender processar o autor do blog tão logo descobrir de quem se trata.

Segundo o cacique caiapó Megaron Txucarramãe, nem ele nem seu tio Raoni tiveram muito contato com a presidente da Funai, por isso ele prefere não opinar a respeito de sua atuação. Queixou-se apenas do fato de Guta não ter comparecido a uma reunião na aldeia Piraçu, no Xingu, para a qual foi convidada, em março. Megaron não poupa, porém, a fundação. "Ela tem que ajudar índio, mas até agora está fraquinho, a Funai está muito fraquinha. Não é igual antigamente, que estava presente na aldeia."

Para as lideranças, foi equivocada a reestruturação da fundação em 2010, quando os postos nas reservas foram fechados e o atendimento passou a ser centralizado nas cidades. "Agora o índio precisa ir nas coordenações regionais, que são muito longe e não têm estrutura", afirma Megaron. A própria presidente da Funai reconhece: é preciso reaproximar o órgão dos índios. "Queremos descentralizar ainda mais, com unidades próximas às terras indígenas."

De maneira geral, a opinião dos índios sobre a presidente da Funai é semelhante: "uma boa pessoa", mas à frente de uma estrutura fraca e desprestigiada. A reestruturação, aliás, foi vista na época como uma tentativa do governo de reduzir o papel do órgão. Os rumores sobre a provável extinção da fundação, criada em 1967 em substituição ao Serviço de Proteção ao Índio, volta e meia reaparecem e não escaparam aos ouvidos de Guta. "Também ouço", ela diz, e deixa transparecer um certo desânimo. "Mas não acredito. Acho que a Funai só iria acabar se deixasse de haver indígenas no Brasil." Pergunto se são os ruralistas os maiores inimigos dos índios hoje em dia. "Eu diria que é a ignorância e o preconceito. A sociedade brasileira precisa conhecer muito sobre os indígenas para poder compreendê-los."

O governo Dilma Rousseff foi o que menos demarcou terras indígenas desde a era Fernando Henrique Cardoso. Segundo o Conselho Indigenista Missionário, sob os petistas aumentou a média de nativos assassinados: 56,5 por ano na gestão Lula e 54 no governo Dilma, ante 20,8 por ano nos tempos de FHC. A dirigente da Funai ensaia uma explicação: o maior número de demarcações feitas nos anos 1990 foram na Amazônia Legal, enquanto aquelas que ainda faltam são em regiões com muito mais conflitos e em áreas mais ocupadas.

O fato não exime Brasília de críticas. "O governo poderia ter mais instâncias para acolher o contato com os indígenas", defende. "Esta nunca foi uma pauta tranquila, sobretudo no aspecto fundiário, e hoje vivemos um momento difícil. A bancada ruralista está muito forte no Congresso e é um setor contra o regime de demarcação. O caminho para consolidar a política indigenista tem de ser definido agora."

Se quiser sobreviver na Funai, Guta precisará incorporar o espírito guerreiro das florestas.



Barco Hacker promove intercâmbio e geração de renda a ribeirinhos

SÍTIO JORNAL DO BRASIL, 07.04.2014

Agência Brasil

Trocar informações com a comunidade ribeirinha para conhecer as suas necessidades e começar a elaborar propostas de alternativas ligadas à sustentabilidade e à geração de renda. Com esse objetivo em mente, um grupo de profissionais e pesquisadores da Casa de Cultura Digital no Pará (CCD-Pa) – organização independente que reúne empresas e encubadoras nas áreas de tecnologia, educação e sustentabilidade – promoveu uma expedição à Ilha de Paquetá, a 40 minutos de barco de Icoaraci, um distrito da capital paraense, no fim do mês de março.

A atividade faz parte do projeto Barco Hacker, que pretende fazer o intercâmbio de informações entre profissionais de diversas áreas e comunidades ribeirinhas localizadas em regiões de difícil acesso.

O projeto surgiu quando a Casa de Cultura Digital ganhou um barco, há cerca de um ano. A divulgação da proposta de levar informação e tecnologia a locais distantes do Pará, pelas redes sociais, fez sucesso e chamou a atenção das comunidades ribeirinhas.

“Eram lugares na Região do Xingu, do Marajó que o nosso barco não poderia fazer viagens longas. Então transformamos o Barco Hacker em um conceito, até para reforçar as relações, já que, por costume, essas comunidades gostam de retribuir a visita oferecendo um barco para nos transportar. Resolvemos então valorizar esses hábitos culturais”, explica Kamila Brito, articuladora do projeto Barco Hacker e da Casa de Cultura Digital.

A expedição foi composta por profissionais e pesquisadores nas áreas de história, comunicação, tecnologia da informação, permacultura, logística, economia criativa e educação ambiental.

No primeiro dia de atividades, profissionais e pesquisadores propuseram uma conversa com os moradores. No segundo dia, eles fizeram um passeio de barco contornando a ilha para verificar detalhes geográficos, fazer um mapeamento e divulgar as informações pelas redes sociais.

Apesar da proximidade de Belém, a comunidade escolhida para a expedição não conta com serviços básicos como transporte, saneamento básico, energia elétrica, coleta de lixo nem água potável. “Apesar de a gente viver rodeado de água, para beber, temos que comprar água em outra ilha”, relata Francisco Campos, presidente da Associação de Moradores da Ilha.

Depois de ouvir os relatos da comunidade, os próximos passos do projeto incluem a aplicação de questionários com 80 das 127 famílias que moram na Ilha para traçar o perfil sociocultural dos moradores e conhecer as atividades econômicas praticadas, além de identificar os moradores que têm intenção de participar de oficinas de educação ambiental e economia solidária. As ações devem ocorrer até fevereiro de 2015.



De acordo com Renata Quemel, integrante do Centro de Estudos e Aplicações em Logística e Meio Ambiente (Cealma), uma das empresas da Casa de Cultura Digital, há possibilidade de implantar cooperativas e associações com homens e mulheres para valorizar o trabalho com o açaí. "Podemos aprimorar a cadeia produtiva do açaí com os homens e trabalhar subprodutos do fruto, como geleias e compota, para melhorar a renda da comunidade", diz.

A questão da falta de coleta de lixo também vai ser monitorada e pode acabar virando um projeto-piloto de descarte ecológico pelas ilhas do Pará. "Com pelo menos metade dos questionários até maio, nós já vamos começar a entender de que maneira é gerado o resíduo dessas famílias e de que forma é o descarte. Aí, sim, nós vamos poder ter um estudo local da viabilidade desse projeto", explica Renata Maués, também do Cealma. As próximas visitas estão agendadas para os dias 8 e 17 de abril.

Outro problema relatado pelos moradores diz respeito à escola da comunidade, um anexo da Unidade Escolar Marta da Conceição localizada na Ilha de Cotijuba, a 15 minutos de barco de Paquetá. Em péssimo estado de conservação, a escola chegou a ter uma das salas interditadas depois de quase desabar. Apesar da situação, os ribeirinhos querem que a unidade permaneça na ilha.

"Tenho 21 anos de trabalho aqui. É difícil ver a situação que a escola está hoje. A gente sente um vazio, pelo descaso", conta, emocionada, Maria Alba dos Santos, uma das duas professoras que lecionam no local e orientam os cerca de 25 alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

"Tem alunos de outras ilhas, que estudam aqui, em Paquetá, que demoram uma hora no barco para chegar à escola. Se a escola aqui fechar, esse tempo pode aumentar mais uma hora e meia", lamenta Francisco Campos, presidente da Associação de Moradores da Ilha.

A Secretaria de Educação do Pará (Seduc) confirmou que a unidade vai sair da Ilha de Paquetá. Uma nova escola será construída na Ilha de Urubuoca. Segundo o órgão, um estudo preliminar foi feito para justificar a mudança, que deve ocorrer apenas em 2015.

Ainda segundo a Seduc, a sede da escola, que fica na Ilha da Cotijuba será ampliada e vai ganhar cinco salas de aula. As crianças que moram em Paquetá poderão escolher em qual unidade de ensino vão estudar. A Escola Marta da Conceição atende a cerca de mil alunos do ensino fundamental e médio em ilhas próximas a Belém.

Cerca de 600 pessoas vivem na comunidade visitada pelo Barco Hacker na Ilha de Paquetá, uma área alagada que não tem praia nem porto. O sustento vem especialmente da venda do açaí, entre julho e dezembro. Na entressafra, os moradores praticam a pesca artesanal de peixes e camarões.



Canonizado pelo papa, Anchieta não é santo para os índios

SÍTIO BLOG DA AMAZÔNIA, 07.04.2014

Que Nhanduru me perdoe, mas não consigo me alegrar com a canonização de Anchieta decretada na quinta-feira pelo Papa Francisco. Enquanto a cerimônia era celebrada lá no Vaticano, aqui no Brasil os sinos das igrejas bimbahavam festivamente, sem que as badaladas tocassem meu coração. Bem que me esforcei para compartilhar o júbilo de meus compatriotas com "o terceiro santo do Brasil". Inutilmente.

A incapacidade de participar da comunhão nacional gera um angustiante sentimento de exclusão. Já havia acontecido comigo na morte de Tancredo Neves espetacularizada pela mídia. O Brasil inteiro em prantos e eu, de olhos secos, coração endurecido. Só chorei a morte de Ulisses Guimarães, o homem que enfrentou os cães da polícia e que tinha nojo da ditadura. Mas por que não festejar o novo santo? Porque creio que ele é do pau oco. A expressão usada aqui como metáfora não pretende desrespeitar a fé de ninguém. Acontece que para alguém ser santo, precisa comprovar pelo menos dois milagres. Anchieta foi dispensado disso pelo 'poder de chave' do Papa que usou o *sensus fidelis*, isto é, o sentimento dos fiéis, entre os quais estão minhas nove irmãs. Porém, como a sabedoria popular já comprovou que santo de casa não faz milagre, não é por isso que ele é do pau oco. É por causa do contrabando, do que está por trás da canonização.

Santo do pau oco – nos ensina Câmara Cascudo em seu Dicionário do Folclore Brasileiro – se refere às "imagens de santos, esculpidas em madeira, que eram ocas e vinham de Portugal cheias de dinheiro falso". Essas estátuas, de diversos tamanhos, serviam também para contrabandear ouro e pedras preciosas. Sendo o poder da religião incomensurável, os fiscais não tinham coragem de abrir o santo para checar a muamba que continha. Se é assim, cabe perguntar: qual é o contrabando trazido de Roma com a canonização de Anchieta?

Devagar com o andor

É preciso abrir a imagem do novo santo para verificar o que ela esconde em seu interior. O diretor da Faculdade de Teologia da PUC/SP, padre Valeriano Costa, deu uma pista, quando definiu que a canonização "é uma grande oportunidade para a Igreja cultuar esse santo e se lembrar de alguns dos valores que pregava" (O Globo, 04/04/14). O que se está canonizando com Anchieta, portanto, é o trabalho missionário de catequização, conversão e "civilização" dos povos indígenas.

É disso que se trata. Dentro da imagem do santo, estão os valores da catequese empreendida pelos jesuítas sob os auspícios da Coroa de Portugal. Segundo o historiador Gabriel Bittencourt, autor de um livro sobre Anchieta, ele foi "um homem que soube lidar de forma diplomática com os índios, aprendeu o tupi-guarani, escreveu a primeira gramática da língua e estudou as crenças para montar peças teatrais que ajudassem os nativos a entender as lições de catecismo".

CONT.



Onde vais tão apressado, periquito tangedor? Devagar com o andor, que o santo é de barro. Os meios usados por Anchieta nem sempre foram diplomáticos, como comprovam as cartas que ele escreveu, algumas delas publicadas em agosto de 1980 pelo Porantim, jornal do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) editado, na época, em Manaus. Numa delas, Anchieta trata os Tupinambá como "inimigos carniceiros" e se rejubila por haver conseguido jogar os índios uns contra os outros nos conflitos entre portugueses e franceses: "E foi coisa maravilhosa que se achavam e encontravam a flechadas irmãos com irmãos, primos com primos, sobrinhos com tios e mais ainda dois filhos que eram cristãos e estavam do nosso lado contra seu pai que estava contra nós".

A representação dos índios no discurso de Anchieta pode ser avaliada nos versos do poema épico "De gestis Mendi de Saa", escrito em latim para elogiar o poder na pessoa do governador-geral Mem de Sá. Lá os índios são "lobos vorazes, furiosos cães e cruéis leões que nutriam o ávido ventre com carnes humanas". Estes índios "selvagens e animais" abandonaram Deus e precisavam ser catequizados para escaparem "das garras de Satanás".

O inquestionável trabalho de Anchieta no campo da linguística, longe de servir para reconhecer as culturas indígenas, foi usado para destruí-las. A gramática que ele fez da língua geral se tornou ferramenta eficaz para veicular valores que negavam e satanizavam as religiões locais, o pensamento, a cosmovisão e os saberes indígenas. Suas peças de teatro, de caráter pedagógico, encenadas pelos índios catequizados, classificaram como "demônios" os personagens da mitologia tupi, condenando o fumo, a medicina indígena, as malocas coletivas, o cauim e os rituais.

O santo é de barro

Se a canonização de Anchieta serve para fazer a apologia da catequese, então estamos mesmo diante de contrabando. O catolicismo guerreiro, arrogante, só admitia um caminho para Deus: o de Roma. As religiões indígenas foram desprezadas, perseguidas, extirpadas a ferro e fogo.

Outro jesuíta, o padre Antônio Vieira, defendeu a catequese como única via para transformar o "índio bárbaro", considerado tábula rasa, folha de papel em branco. O missionário era o escultor que daria feições humanas aos índios: "É uma pedra, como dizeis, o índio rude? Pois trabalhai e continuai com ele. Aplicai o cinzel um dia e outro dia; dai uma martelada e outra martelada e vereis como dessa pedra tosca e informe fazeis não só um homem senão um cristão e pode ser um santo", escreveu Vieira.

Apesar da quantidade massiva de mártires indígenas, não se tem notícias de nenhum deles declarado santo, oficialmente reconhecido pela Igreja, mas o barulho de algumas "marteladas" chegaram até os dias de hoje, com notícias sobre as violências cometidas contra os índios, cujas religiões eram consideradas como "superstições", perseguidas pela intolerância.

O resultado da catequese foi avaliado por outro jesuíta brilhante, João Daniel, que viveu 16 anos na Amazônia (1741 a 1757) e relatou suas andanças. Os castigos corporais sistemáticos e o batismo não criaram cristãos que Anchieta e Vieira queriam: "a religião ficou pouco intrinsecada no coração dos índios", com uma "fé morta no uso das cousas sagradas e na pouca

CONT.



reverência aos sacramentos". Segundo João Daniel, os índios gostavam muito "de medalhas, de verônicas, de escapulários, mas não era por respeito e devoção" e sim para "com eles enfeitar seus macacos e cachorrinhos, atando-lhes ao pescoço".

A muamba que vem escondida dentro do novo santo é essa: um contrabando ideológico, que faz a apologia da prática missionária de Anchieta, sem o menor senso crítico, quando o próprio CIMI, em sua 3ª Assembleia Geral realizada em Goiânia, em julho de 1979, produziu um documento final, assinado também pelos luteranos ali presentes, que diz tudo no seu primeiro parágrafo: "Reconhecendo os erros que cometemos como Igreja na nossa atuação missionária junto aos povos indígenas, pedimos perdão a eles e a Deus". O CIMI se compromete a mudar sua prática e a respeitar as religiões indígenas "que inclui assumir necessariamente os mitos e a vida religiosa através dos quais cada povo recebe a Revelação de Deus".

Anchieta é um dos responsáveis por esses erros. Foi um fiel servidor do sistema colonial, ao contrário de Bartolomé De Las Casas, o dominicano espanhol que na mesma época ousou romper com o sistema. Anchieta pode até ser santo, desde que venha sem esse contrabando. E mesmo assim jamais será santo para os índios. Canonizá-lo para reforçar essas práticas é um retrocesso, uma reafirmação daquilo que o sociólogo Anibal Quijano chama de colonialidade, que é mais profunda e duradoura do que o colonialismo. Esse santo quer reza. De mim, não terá nenhuma.



Boletim de Notícias - Edição nº 64./ 2014

Brasília, 08 de abril de 2014.

De 31 de Março para José Joaquim de Camargo

SÍTIO CRUZEIRO DO SUL, 07.04.2014

Na segunda-feira passada, dia 31 de Março, dia em que se completaram os 50 anos do golpe militar, um grupo de estudantes encobriu o nome da principal avenida de Votorantim como forma de protesto contra o que consideram uma homenagem à data. Também os quilombolas são contra o nome da avenida e diante da proposta de mudança de nome, defendem que seja dado o de José Joaquim de Camargo, que seria proprietário da maior parte das terras do município. A solicitação foi protocolada na Câmara de Votorantim na semana passada.



Campeonato reúne Povos Indígenas na aldeia São José

SÍTIO IMIRANTE, 07.04.2014

Os Kruutyj venceram o campeonato por 2 X 0, contra os índios Wyywyhr, da aldeia Campo Alegre.

MONTES ALTOS - No fim de semana foi realizado no município de Montes Altos, a 65 km de Imperatriz, o 3º Campeonato dos Povos Indígenas Krikatis. A animação da festa esportiva, sediada na aldeia São José, contou com a participação de centenas de índios krikatis de mais três aldeias: Campo Alegre, Jerusalém e Recanto dos Cocaís.

Os times de futebol foram montados com representantes das quatro aldeias e para a final se classificaram os Kruutyj, da aldeia São José, que venceram por 2 X 0 os índios Wyywyhr, da aldeia Campo Alegre.

A ideia é que o campeonato vire tradição entre os indígenas que, também, valorizam as atividades esportivas, especialmente o futebol.



Índios procuram Defensoria em busca de direitos básicos e solução para conflito
SÍTIO DEFENSORIA PÚBLICA/MT, 07.04.2014

O Defensor Público-Geral, Djalma Sabo Mendes Júnior, se reuniu, na última sexta-feira (04), com Caciques de três comunidades indígenas chiquitanas do Estado que enfrentam problemas que vão desde os relacionados aos direitos básicos, como reconhecimento de paternidade e falta de documento, até questões mais complexas como demarcação de suas terras.

O objetivo do encontro, coordenado pelo Defensor Público do Núcleo de Direitos Humanos da Instituição, Roberto Tadeu Vaz Curvo, foi discutir o que pode ser feito por parte da Defensoria Pública para cada problema enfrentado pelas comunidades.

Em relação às questões mais pontuais, o Defensor-Geral sugeriu que Roberto entrasse em contato, imediatamente, com os Defensores Públicos atuantes nas Comarcas de Pontes e Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade e Porto Esperidião, onde estão localizadas as aldeias, para que já seja dado início a solução das questões referentes aos seus direitos primários.

Antes de finalizar, Djalma ainda fez questão de ressaltar o papel da Defensoria e garantiu que essa questão será acompanhada de perto. "A Defensoria atua, primordialmente, na defesa dos Direitos Humanos. Essa é nossa missão institucional e agora, com o Defensor Roberto acompanhando de perto o processo, vamos fazer o que for preciso para identificar cada situação e determinar a linha de atuação".



Mais uma vez, reunião entre Vale e índios sobre indenização por uso das terras é adiada

SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 07.04.2014

Procurador da República que acompanha o caso foi convocado para audiência fora do Estado e encontro foi transferido para sexta

Any Cometti

A reunião que havia sido marcada entre as aldeias de Comboios e Córrego do Ouro, localizadas em Aracruz (norte do Estado), e os representantes da Vale para discutir indenização em função do uso das terras indígenas pela ferrovia da mineradora, foi transferida para a próxima sexta-feira (11). Depois de sucessivos adiamentos, o encontro estava marcado para esta quarta-feira (9), mas foi transferida porque o procurador da República responsável pelo caso, Almir Sanches, foi convocado para participar de uma audiência fora do Estado. Os índios concordaram com a nova data.

Essa reunião foi marcada porque os índios, diante da proposta de R\$ 2 milhões da Vale, insistem no valor de R\$ 19 milhões, acordado inicialmente em uma reunião entre a comunidade indígena, a Vale, o Ministério Público Federal (MPF) e a Fundação Nacional do Índio (Funai). Diante disso, os representantes da empresa alegaram que precisavam se reunir com a gerência da mineradora para avaliar a questão e disseram que essas reuniões acontecem somente às segundas-feiras.

Conforme comunicou o cacique Antônio Luiz, de Comboios, os índios por enquanto não retomarão os protestos e vão aguardar a resposta da empresa antes de ajuizar no Ministério Público Federal (MPF) uma ação civil pública (ACP) que obriga a Vale a indenizá-los no valor de R\$ 19 milhões. A ação já está pronta.

O valor da indenização foi estabelecido em R\$ 19 milhões para manutenção do projeto Plantar, com foco no plantio indígena da mandioca, um importante meio de subsistência e de manutenção da cultura da comunidade. A mineradora primeiro concordou, depois ofereceu R\$ 400 mil e, por último, R\$ 2 milhões.

O valor também deve ser uma forma de compensação da Vale pelo uso das terras indígenas como caminho de sua estrada de ferro há mais de 30 anos. A diferença entre o valor estabelecido para o desenvolvimento do projeto e as contrapropostas da mineradora fizeram com que os caciques das aldeias de Comboios e Córrego do Ouro, principais atingidas pela linha férrea, aliados a demais lideranças indígenas, recusassem as indenizações nesses valores.

Há duas semanas, os índios estão mobilizados para que a mineradora pague o valor da indenização referente ao uso das terras demarcadas em Aracruz para a passagem de sua estrada de ferro. Os protestos começaram no último dia 18.



PRR1 é contra reintegrações de posse em terra indígena Tupinambá, na Bahia
SÍTIO MPF, 07.04.2014

Procuradora pede urgência no julgamento para evitar mais conflitos na região

A Procuradoria Regional da República da 1ª Região (PRR1) enviou sete petições à Justiça pedindo a suspensão imediata da reintegração de posse de 16 fazendas localizadas no sul da Bahia, em região tradicionalmente ocupada por índios Tupinambás. Os requerimentos, que foram enviados em caráter de urgência, serão analisados pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília. A PRR1 espera manter os indígenas nas terras como forma de evitar o agravamento de conflitos na região.

A Serra do Padeiro, local onde as fazendas estão instaladas, é uma área já reconhecida e delimitada pela Funai, e de ocupação indígena consolidada desde 2006. Mesmo assim, a Justiça Federal na Bahia concedeu os pedidos de reintegração de posse a não índios, sem que haja, entretanto, local para a realocação dos indígenas ou qualquer assistência por parte do Estado.

Para a PRR1, a retirada dos Tupinambás da região causa grave lesão à ordem e à segurança públicas. "A retirada dos indígenas das terras à força, nesse momento, contribuirá, como visto, para o aumento da tensão e do conflito fundiário", alertou a autora das petições, a procuradora regional da República Eliana Torelly. Ela ressalta que a pretensão do Ministério Público Federal não é legitimar a invasão desmedida e despropositada de terras pelos indígenas, mas sim pacificar a situação conflituosa que se instalou na região e atingiu níveis alarmantes. "O requerimento que ora se formula diz respeito tão somente a ocupações indígenas consolidadas, com a efetiva/considerável presença de indígenas que habitam há tempos esses imóveis", completa.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal teve entendimento semelhante, ao suspender seis liminares de reintegração de posse na terra indígena Tupinambá, a pedido da Procuradoria-Geral da República. "O conflito fundiário encerrar-se-á, de modo definitivo, apenas com a finalização do procedimento demarcatório. Até lá (...) cabe ao Poder Judiciário, inclusive face à omissão ilegal do Executivo, fazer a necessária ponderação de valores de modo a impedir o recrudescimento do conflito e a ocorrência de um mal ainda maior", apontou a procuradora, que concorda com a decisão da Suprema Corte.

O Ministério Público Federal também lembra que a Constituição prevê, de forma expressa, o direito às comunidades indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam, o que significa que são nulos os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere. "É dizer, de modo sucinto: constatada a tradicionalidade da ocupação indígena, nos termos definidos, a proteção constitucional deve ser imediata", destaca as petições, que ainda não têm data para serem julgadas pelo Tribunal.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 64./ 2014

Brasília, 08 de abril de 2014.

Fazenda Boa Vontade
Processo nº 0003580-77.2013.4.01.3311
Leia a íntegra do pedido

Fazendas Bela Vista e Catulé
Processo nº 3299-92.2011.4.01.3311
Leia a íntegra do pedido

Fazenda São José
Processo nº 0002630-98.2013.4.01.3301
Leia a íntegra do pedido

Fazenda Lembrança
Processo (Cumprimento Provisório de Sentença) nº 0002541-75.2013.4.01.3301 - Processo Originário nº 2006.33.01.000456-4
Leia a íntegra do pedido

Fazenda Sempre Viva
Processo (Cumprimento Provisório de Sentença) nº 0002475-95.2013.4.01.3301 - Processo Originário nº 2006.33.01.000761-4
Leia a íntegra do pedido

Fazendas Trindade, Boa Vista I, II e III, Belo Horizonte e Santa Rosa
Processo nº 0002015-78.2013.4.01.3311
Leia a íntegra do pedido

Fazendas Copacabana, Modelo, Bom Viver e Santa Catarina
Processo nº 2006.33.01.000722-7
Leia a íntegra do pedido

Assessoria de Comunicação
Procuradoria Regional da República - 1ª Região
(61) 3317-4583/4862
twitter.com/MPF_PRR1



Moção de apoio ao Povo Indígena Tenharim de Humaitá/AM

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.04.2014

As entidades e movimentos sociais reunidos no Encontro Nacional “Na Copa vai ter luta” manifestam sua solidariedade e apoio à luta dos povos indígenas Tenharim, da região de Humaitá, no estado do Amazonas.

Recebemos a denúncia de que os direitos constitucionais dos Tenharim estão sendo brutalmente atacados. Assassinatos, invasão das terras indígenas, ausência de políticas públicas e defesa das comunidades, sucateamento dos órgãos responsáveis pela defesa dos direitos indígenas, dentro outras medidas, foram denunciadas em nosso Encontro.

Em um país cuja sociedade historicamente luta contra o autoritarismo, abuso de poder e repressão, não é aceitável que os governantes mantenham práticas de retrocesso sobre os direitos das minorias étnicas, para atender às pressões dos grupos econômicos, e, ao mesmo tempo, intimidar os cidadãos e servidores públicos que, no cumprimento de suas obrigações, denunciem essas injustiças e violações de direitos.

São Paulo, 22 de março de 2014.

Assinam:

CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular)

Jubileu Sul

Condsef – Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais

A CUT Pode Mais\RS

Feraesp – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo

Fenasps – Federação Nacional dos Servidores da Previdência e Assistência Social

Andes-SN – Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior

Sinasefe – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica

FNTIG – Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas

FNP – Federação Nacional dos Petroleiros

Conafer – Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Rurais

Cobap – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas

ANEL – Assembleia Nacional de Estudantes Livre

MTL – Movimento Terra, Trabalho e Liberdade

Movimento Luta Popular

Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe

Movimento Mulheres em Luta

Coletivo Construção

Juntos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 64./ 2014

Brasília, 08 de abril de 2014.

E ainda:

Asfoc, Sindicato dos Metroviários de São Paulo, CPERS, Simpe (RS), APCEF (RS), Sindserf (RS), Sindjus (RS), Sindicato dos Aeroviários (RS), Sindsef SP, Federação Sindical e Democrática dos Metalúrgicos MG; Movimento Nacional de Oposição Bancária; FAFER SE; ADMAP/SJC; Sindicato dos Bancários/RN; Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém; Sindicato dos Comerciais de Passo Fundo; Sindicato dos Comerciais de Nova Iguaçu; Sindicato dos Trabalhadores da Confecção Feminina de Fortaleza; Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza; Sindicato dos Trabalhadores dos Correios do Vale do Paraíba; Sindicato dos Gráficos MG; Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Sindicato Metabase Congonhas; Sindicato dos Metalúrgicos de Divinópolis; Sindicato dos Metalúrgicos de Ouro Preto; Sindicato dos Metalúrgicos de Pirapora; Sindicato dos Metalúrgicos de São João Del Rei; Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bayeux; Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Juazeiro do Norte; Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Limoeiro do Norte; Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Quixerê; SIMPERE/PE; SINDEESS/BH; SINDICAIXA; SINDIPETRO/AL-SE; SINDJUS/AL; SINDPPD/RS; SINDREDE/BH; SINDSAÚDE/RN; SINDSERM/TERESINA; SINTRAJUD/SP; SINTRAJUFE/MA; SINTRO/CE; SINTTEL/PA; SINTUSP; SINTETI/Fortaleza; Sindicato dos Metalúrgicos de Itaúna; SINTIMEL/Valadares; SINDECE; Sindicato dos Metalúrgicos de Barão de Cocais/MG; SINDSAÚDE/Contagem; SINDVIGILANTE/CE; MUST-Pinheirinho; ADUNEB; SINDJUFE/BA; SINDIPREV/AL; Oposição Alternativa APEOESP; SINDTEST/PA; Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Roraima; SINDSPREV/RJ; SINTEPP/PA; Sindicato dos Bancários de Bauru; APRUMA; ADUFPA; SINDSERM/Betim; SINSPREV/RS; Sindicato dos Gráficos/DF; ADUFS/BA; SINDIUTE/JF; Coletivo de Artistas Socialistas; SINDMETRO/RS; Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de Pernambuco.



Boletim de Notícias - Edição nº 64./ 2014

Brasília, 08 de abril de 2014.

Lançamento da Campanha Resistência Guarani SP, 17/04, às 16hrs, em frente ao Pátio do Colégio

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.04.2014



Campanha Resistência Guarani SP

Nós, indígenas guarani da Grande São Paulo, lançamos essa petição para pedir assinaturas daqueles que querem nos apoiar na luta pelos nossos direitos.

Nossa esperança é que o apoio de vocês ajude a fazer funcionar a caneta da única pessoa que possui agora o poder de trazer a garantia de nossas terras tradicionais, para termos onde criar nossas crianças, e praticar nossa cultura.

Estão na mesa do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, os processos de demarcação das nossas Terras Indígenas Tenondé Porã e Jaraguá, uma no extremo sul da metrópole e a outra no Pico do Jaraguá.

Somos mais de dois mil indígenas, que continuamos resistindo para manter nosso modo de vida, falando nossa língua e realizando nossos rituais, mas hoje só temos garantido uns pequenos pedaços de terra, onde vivemos apertados e com muita dificuldade.

A terra foi feita pelas divindades para todos os povos. Não é nossa, e não é dos brancos. Mas a verdade é que os brancos hoje se dizem donos de todos os lugares onde vivíamos no passado, e para nós não sobrou quase nada, e por isso hoje sofremos.

Já faz muito tempo que aguardamos por essa assinatura, mas sabemos que também faz tempo que o Ministro Cardozo não usa a sua caneta para ajudar nenhum povo indígena.

Por isso que enviamos para ele de presente uma belíssima caneta decorada com o trançado tradicional guarani, que costumamos usar nos nossos artesanatos tradicionais.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 64./ 2014

Brasília, 08 de abril de 2014.

Mandamos esses e outros presentes para lembra-lo de sua obrigação, e gravamos um vídeo (abaixo) que vocês também podem ver no site da nossa campanha.

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=btfb2eY7tSo

Mas como pensamos que talvez uma caneta não será suficiente para ele, mesmo que seja tão bonita, anunciamos que nessa campanha lançada agora, para cada assinatura de um apoiador que conseguirmos, compraremos mais uma caneta, que também será enviada para o gabinete do Sr. Ministro.

Esperamos o apoio de vocês para que o Ministério da Justiça fique cheio de canetas, presenteadas com a intenção de trazer de volta os direitos que perdemos.

Se quiserem saber mais sobre nossa luta e nossa realidade, naveguem pelo site que criamos, que está cheio de informações feitas por nós mesmos.

Mas antes assine por favor essa petição, clicando aqui!
http://www.avaaz.org/po/petition/Ministro_da_Justica_Jose_Eduardo_Cardozo_Declaracao_da_s_Terras_Indigenas_Tenonde_Pora_e_Jaragua_na_Grande_Sao_Paulo/?nvFylhb

Email para adesões e apoio: resistenciaguaranisp@yvyrupa.org.br

Apoiam:

Comissão Guarani Yvyrupa – CGY
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB
Aldeia Maracanã
Baderna Midiática
Casa Mafalda
Centro de Estudos Ameríndios – CEStA/USP
Centro de Trabalho Indigenista – CTI
Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos
Coletivo Comboio
Coletivo Político Quem
Comitê Popular da Copa SP
Comissão Pró-Índio São Paulo
Comissão de Justiça e Paz – CJP-SP
Conselho Indigenista Missionário – CIMI
Frente de Esculacho Popular – FEP
Grupo Tortura Nunca Mais São Paulo
Índio é Nós
Instituto Práxis
Instituto Socioambiental – ISA
Mães de Maio
Margens Clínicas
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST



Boletim de Notícias - Edição nº 64./ 2014

Brasília, 08 de abril de 2014.

Movimento em Defesa dos Povos Indígenas do Oeste do Paraná
Movimento Passe Livre Distrito Federal – MPL- DF
Movimento Passe Livre São Paulo – MPL-SP
Movimento Passe Livre Joinville
Movimento Passe Livre São José dos Campos
Moinho Vivo
Organização Anarquista Socialismo Libertário – OASL/CAB
Serviço Franciscanos de Solidariedade – Sefras
Serviço Inter-Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia – Sinfrajupe
Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo – SINTUSP



Etapa Belém do Seminário Carajás 30 Anos tem início esta semana
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.04.2014

POSTV

SEMINÁRIO INTERNACIONAL
CARAJÁS 30 ANOS
SEMINÁRIO REGIONAL BELÉM

09/04 - QUARTA

- 14h A Amazônia no contexto da acumulação do capital

10/04 - QUINTA

- 10h Trabalho, migração e movimento sociais
- 14h Violação dos direitos humanos: impactos sociais e ambientais.
- 18h15 Disputa pelo território: movimentos sociais e resistência

11/04 - SEXTA

10h Ação o Estado na gestão do território

AO VIVO direto da UFPA · TRANSMISSÃO www.postv.org

Claudio Castro - Seminário Carajás 30 Anos

Começa no próximo dia 9 de abril de 2014, quarta-feira, seguindo até o dia 11 de abril, a Etapa Belém do Seminário Carajás 30 Anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia oriental. O evento acontece no Campus da Universidade Federal do Pará, com apoio de diversas instituições da região (veja no blog do Seminário Local, aqui).

As mesas de debate serão transmitidas ao vivo, pela internet, através da PósTV (<http://www.postv.org/>). O Seminário é um processo amplo, que já passou por Imperatriz, Marabá e Santa Inês. Em maio, São Luís sediará a Etapa Final.



Maria Rita Kehl: "CNV vai classificar mortes no campo como violações aos direitos humanos"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.04.2014

Por Alan Tygel
Da Página do MST

Como parte do Especial sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil, a Página do MST entrevistou a jornalista, psicóloga e escritora Maria Rita Kehl. Ela atuou na imprensa alternativa durante a ditadura como editora do jornal Movimento, um dos principais meios de comunicação da resistência ao regime militar, e nos últimos anos realizou atendimentos psicanalíticos na Escola Nacional Florestan Fernandes.

Maria Rita Kehl ganhou notoriedade nacional durante as eleições presidenciais de 2010. Na época, ela escreveu no jornal Estadão um artigo em que ironizava as reclamações de moradores de Fortaleza que não conseguiam contratar um porteiro para seu prédio: "É curioso que ninguém tenha questionado o valor do salário oferecido pelo condomínio da capital cearense. A troca do emprego pela Bolsa-Família só seria vantajosa para os supostos espertalhões, preguiçosos e aproveitadores se o salário oferecido fosse inconstitucional: mais baixo do que metade do mínimo." Ela foi demitida do jornal logo em seguida.

Desde 2012, Maria Rita Kehl participa da Comissão Nacional da Verdade, coordenando o Grupo de Trabalho de Graves Violações de Direitos Humanos no Campo ou Contra indígenas e também o GT Araguaia.

Entre os trabalhos da Comissão, palestras e atendimentos em seu consultório, Maria Rita concedeu uma entrevista à Página do MST, parte por telefone, parte por e-mail. Confira:

Quais são os principais resultados do Grupo de Trabalho sobre camponeses e indígenas até agora?

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada para investigar os crimes do Estado, no período não só da ditadura, mas entre dois fins de ditadura: 1946, que é o fim da ditadura de Getúlio, até 1988, que é a outra constituinte que terminou de vez com a nossa ditadura. De vez nunca terminou, mas aquela que encerrou formalmente a nossa ditadura. (risos)

Eu não vou trazer nada que já não tenha sido pesquisado, porque eu estou me baseando em documentos. Ou seja, não sei se é resultado, mas tem uma primeira informação que eu acho importante estar no relatório da CNV.

A maior novidade é que camponeses e índios sejam incluídos entre as vítimas. É novidade porque percebo o tanto que isso foi contestado. Quando a CNV começou, fiquei sabendo que muita gente de direita, inclusive muitos jornalistas, nos desqualificou muito, dizendo que camponês e índio "não têm a ver com isso", "que vai ser uma mentira".



Qual motivo de ainda haver tanto desconhecimento sobre as violações aos índios e camponeses no período da ditadura?

Acho que é pelo isolamento. E também pelo fato de que eles não estavam necessariamente combatendo a ditadura. Eram, muitas vezes, vítimas acidentais do processo de desenvolvimento, principalmente no caso dos índios.

Agora não é tão desconhecido assim, porque alguns antropólogos já nos anos 1970 divulgavam isso. Até porque não era um fato tão político, por isso não era tão censurado.

A Cláudia Andujar, que fotografou os Yanomami, fez uma grande campanha em defesa deles. Isso chegava à sociedade, mas não se pensava nesses fatos como crimes políticos.

A grande diferença da CNV é incluir o que aconteceu com os índios como violações de direitos humanos por parte do Estado.

Qual a diferença entre o caráter das violações aos direitos humanos dos indígenas e dos camponeses das outras violações ocorridas?

A diferença é que muitas organizações camponesas e praticamente todos os grupos indígenas estavam lutando em conflitos locais, na defesa de seu direito à terra, embora nem soubessem que existia uma ditadura no Brasil.

Pense no isolamento, na falta de acesso à informação, no analfabetismo que caracterizavam a situação do pequeno posseiro há 50 anos.

A biografia do Manoel da Conceição é bem ilustrativa desse ponto: os posseiros de Pindaré Mirim começam lutando para que o fazendeiro não soltasse o gado em cima das roças deles, que era um modo disfarçado de destruir lavouras e expulsar posseiros.

Eles apanham da polícia local, aos poucos se organizam, formam um sindicato, apanham novamente... Demoram a entender que os conflitos locais estão articulados com a aliança de classe que sustentou a ditadura militar.

Os índios, como iam saber do que se passava? As piores violações foram contra povos indígenas que viviam isolados, no período das grandes obras dos governos Médici e Geisel na Amazônia.

O Davi Kopenawa, líder dos Yanomami muito ativo na época da invasão de suas terras pela Perimetral Norte, deu um depoimento à CNV que começava assim: "eu não sabia que existia governo. [entendi isso quando] Foi chegando, invadindo nossas terras, matando nossos irmãos..."

O indígena não sabia nem que ele morava dentro de um país. Agora mudou, mas para um povo isolado, o país que ele vive é a nação indígena à qual ele pertence.



Esses índios tomaram contato com o fato de que existia um Brasil, um governo, da pior forma possível, que foi a violência contra eles.

Eles não tomaram contato pelo fato de que estavam dentro de um país porque veio uma equipe de saúde, cuidar das doenças, da nutrição.

Viram estradas sendo abertas, máquinas, aproximação não cuidadosa do homem branco, dizimando as tribos por epidemias e por violência. Houve confrontos armados, tortura, vários casos graves de violência intencional do Estado. Mas o que mais dizimou os índios foi o descaso do Estado, e nosso trabalho é investigar e denunciar as vítimas por ação ou omissão.

Alguns funcionários e ex-funcionários da FUNAI que entrevistamos disseram que a maior violência do Estado foi mandá-los fazer frentes de aproximação com os índios sem levar vacina, sem vacinar os próprios agentes, sem levar remédio para coisas banais como gripe e sarampo.

Iam para dizer que havia um projeto, que iriam fazer uma hidrelétrica, que as mineradoras, todas estrangeiras multinacionais, queriam ter acesso às terras que tinham minerais com muita procura.

Como os índios não têm defesa imunológica, eles morriam como moscas. Isso que parece acidente não é, porque desde o Xingú já se sabia que os índios eram contaminados e não tinham defesa para as doenças dos brancos. É um descaso ativo.

Por que a repressão aos camponeses foi tão violenta logo nos primeiros dias após o golpe? Tem relação com o clima favorável à Reforma Agrária dos últimos dias de João Goulart?

Creio que essa repressão imediata tem a ver com a atuação do Partido Comunista em apoio a vários movimentos camponeses.

No período de 1946 a 1964, primeiro período das investigações da CNV, o PCB, então na legalidade, apoiou fortemente as guerrilhas de Porecatu e Pato Branco, no Paraná, a luta dos posseiros de Trombas e Formoso, em Goiás, e as Ligas Camponesas, que organizaram congressos com milhares de militantes no nordeste, em Minas.

O medo era de uma revolução de modelo cubano no Brasil. Acho que esta é a melhor explicação, além do compromisso óbvio dos militares com o latifúndio.

Até que ponto a CNV pode chegar? Você concorda com as críticas daqueles que afirmam que a comissão seria inútil, pois não se poderá punir os crimes?

A CNV pode chegar só até a entrega do relatório, em seguida deixará de existir. Nossa pesquisa compreende o período entre 1946 e 1988. O único instrumento que temos para tocar em questões do presente é o capítulo das recomendações.

Tenho certeza de que este será um capítulo muito debatido entre nós, porque temos posições divergentes sobre muitos assuntos – a começar pela recomendação sobre a revisão da Lei da



Anistia.

Não há consenso no grupo e não sei se chegaremos a ele. No que toca aos meus temas, sei que posso recomendar a homologação das terras indígenas já existentes, muitas delas ameaçadas por processos de reintegração de posse por parte de fazendeiros em suas regiões, como no Sul da Bahia, Mato Grosso do Sul, Oeste do Paraná.

Podemos também incluir uma enfática recomendação pela agilização dos processos de redistribuição de terras no Brasil, tendo em vista uma Reforma Agrária reparadora das injustiças históricas sofridas pelos camponeses.

Não concordo que por não poder punir crimes a CNV seja inútil. Aliás, não costumo concordar com raciocínios do tipo "tudo ou nada". A CNV não tem todo o poder que os brasileiros, sobretudo as vítimas e parentes de vítimas, gostariam que tivesse.

Mas estou convencida de que a investigação dos crimes cometidos por agentes do Estado brasileiro durante o longo período de 42 anos que nos toca investigar, cujo resultado virá a público em nome do próprio Estado, é um enorme avanço democratizante para um país conservador como o Brasil.

Como você tem visto os debates em torno da revisão da Lei da Anistia? Há alguma possibilidade de se chegar à punição dos criminosos?

Sinceramente, não tenho esperança de que a sociedade brasileira deseje esta revisão. Basta ver a frequência com que os defensores da punição aos torturadores são chamados de "revanchistas", tanto pelos próprios militares, o que é compreensível, quanto por cidadãos que, embora desaprovem a tortura, os desaparecimentos de cadáveres e outros crimes hediondos cometidos no período, estão comprometidos de forma tão profunda e inconsciente com o "jeitinho brasileiro" de deixar para lá, que acabam por endossar o coro dos assassinos indignados.

Até agora, não vi ninguém contestar a fundo o uso que se faz do termo "revanchismo". Ora, o que é uma revanche? No esporte, é a oportunidade de um time derrotado virar o jogo e sair vitorioso em uma segunda rodada, não é isso?

Por que a grande maioria democrática da sociedade brasileira se envergonharia de querer uma revanche sobre a minoria civil-militar que nos derrotou durante 21 anos? É incrível como as pessoas repetem bobagens ou raciocínios de má fé sem pensar no que dizem.

Nunca vi, em nenhuma passeata, alguém levantar uma faixa "Pelo reconhecimento ao direito de revanche!"

Você recebeu o prêmio João Canuto de Direitos Humanos em 2013 junto com a família de Cícero Guedes, militante do MST assassinado em Campos dos Goytacazes. O acampamento que Cícero coordenava fica na Usina Cambahyba, apontada como palco de crimes da ditadura. A senhora vê ligação entre a violência no campo da época da ditadura e hoje?



Boletim de Notícias - Edição nº 64./ 2014

Brasília, 08 de abril de 2014.

Claro que sim. Existe uma continuidade direta, tanto no que se refere à violência contra índios e camponeses quanto à violência policial contra cidadãos negros e pobres nas cidades.

Este é um dos efeitos mais nefastos da impunidade dos perpetradores de graves violações de Direitos Humanos. Você sabe que, em maio de 2006, a polícia paulista matou e fez desaparecer os corpos de jovens e adolescentes das periferias de São Paulo, Santos, Guarulhos, em número maior do que os militantes urbanos durante toda a ditadura?

Por que as polícias continuam militarizadas, quase 30 anos depois do fim da ditadura militar? Uma pesquisadora norte-americana concluiu que o Brasil é o único país, entre os que tiveram ditaduras na América Latina, em que a polícia mata mais na democracia do que no período da repressão.

Quanto ao campo, termino essa entrevista com uma observação feita pela minha colega de atendimentos psicanalíticos na ENFF, Noemi Araújo: quem diminuiu o padrão da "pistolagem" no campo não foi nenhum governo democrático, nenhum governador estadual pós 1985.

Quem conseguiu diminuir o padrão dos assassinatos de camponeses foi o MST, ao organizar mais de 2 milhões de trabalhadores rurais no país em defesa de seu direito à terra. Gostaria de saber a opinião dos leitores sobre este assunto.



Boletim de Notícias - Edição nº 64./ 2014

Brasília, 08 de abril de 2014.

Camponeses realizam ações em todo mundo em defesa das sementes crioulas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.04.2014



Da Página do MST

Os movimentos sociais ligados a Via Campesina Internacional realizam, no próximo 17 de abril, diversas mobilizações em defesa das lutas camponesas e das sementes crioulas em todo o mundo.

Para a Via Campesina, as sementes têm um papel fundamental na luta pela soberania alimentar e pela soberania dos povos.

Além de a cada ciclo de sementeira saírem comida do povo, as sementes também transmitem a visão, o conhecimento, práticas e cultura das comunidades rurais.

Entretanto, a Via denuncia que há 100 anos as sementes estão sendo patenteadas e privatizadas pelo agronegócio.

Nos últimos anos tem se intensificado esta concepção com novas "Leis Monsanto", que criminalizam os agricultores por usarem suas próprias sementes em detrimento das sementes patenteadas da indústria e pelos transgênicos.

CONT.



Lutas

Paralelamente a essas ofensivas do agronegócio, em todo o mundo tem crescido a capacidade de mobilização e luta organizada dos povos contra as transnacionais.

Na Colômbia, uma greve nacional foi puxada quando o governo aprovou uma lei que obrigava os agricultores a destruírem suas sementes por não estarem registradas. No México, os trabalhadores realizaram uma greve de fome contra a tentativa de permitir o plantio de milho transgênico no país.

Em toda a África, as comunidades rurais lutam contra uma nova “revolução verde” que quer impor os transgênicos e as sementes industriais.

Para a organização, a luta se dá pelas sementes que permitem uma agricultura saudável, rica em diversidade e nos permite enfrentar a mudança climática.

“Lutamos para defender as sementes dos agricultores, porque eles são essenciais para uma ampla reforma agrária e nosso modelo de agricultura baseado na produção agroecológica. Sementes camponesas é um patrimônio dos povos na afirmação da soberania alimentar. Fazem parte dos bens comuns, como terra, água e minerais deve permanecer nas mãos do povo”, dizia a nota.

Durante a jornada, as organizações também denunciarão as empresas transnacionais, o agronegócio e o uso de agrotóxicos e transgênicos.

Memória

Há 18 anos que a Via Campesina declarou 17 de abril como o Dia Mundial das lutas camponesas, organizando ações que visibilizem as diversas lutas que ocorrem em todo o mundo.

A data serve para homenagear os 21 Sem Terra que morreram no Massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, no Pará, brutalmente assassinados pela polícia militar.

Ao mesmo tempo procura criar um diálogo com a sociedade na construção de uma aliança internacional pela soberania dos povos, na construção de um modelo de agricultura e sociedade que resgate a justiça e a dignidade humana.



Ribeirinhos e os problemas sociais urbanos I

SÍTIO RECANTO DAS LETRAS, 08.04.2014

Temos acompanhado, ao longo dos anos, o problema que envolve os ribeirinhos dos Córregos Arareau e Rio Vermelho em Rondonópolis, e, ao que parece, ainda vai continuar por muito tempo. Também se nota essa problemática em Tangará da Serra, como se observa quando chove com certa frequência, alguns bairros mal estruturados, criados sem nenhuma preocupação com o futuro, geralmente passam por este triste e lamentável problema de enchentes. Basta observarmos os noticiários de Cuiabá, Várzea Grande para também vermos repetir a mesma situação. Estamos referindo apenas a algumas cidades de Mato Grosso, agora imaginem São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza, Olinda, Belo Horizonte, Manaus, Belém, Porto Nacional, Araguaína, Colinas do Tocantins, Carolina no Maranhão, etc., que são cidades maiores e com problemas bem mais agravantes.

Geralmente tudo isso acontece por falta de uma política pública séria que denuncie e não aceite que os donos de imobiliárias façam essas atrocidades com a população e com o meio ambiente. É tão fácil saber que em um local onde se chovia certa quantidade, mas que nele antes havia mata, portanto, grande parte da água era absorvida pelo solo por meio da infiltração e que a outra parte corria via enxurrada para os córregos e rios, porém, que no atual momento essa área foi totalmente desmatada e construída, com certeza, as águas têm que ir à sua totalidade para as áreas de várzea. Então, o poder público deveria coibir os donos de imobiliárias de lotear essas áreas alagadiças, além de criar programas de assentamentos urbanos em outras áreas mais favoráveis à habitação mais decente.

As Secretarias de Planejamento dos Municípios deveriam, em parceria com a iniciativa privada, resolverem esses problemas de uma vez por todas. Infelizmente, o poder público prefere “tapar o sol com a peneira” e fica sempre adiando o problema para as futuras administrações.

Aires José Pereira é graduado e Especialista em Geografia pela UFMT, Mestre em Planejamento Urbano pela FAU-UnB, Doutor em Geografia na UFU, prof. Adjunto da UFT e escritor com 12 livros publicados.

Poeta Aires



Ribeirinhos e os problemas sociais urbanos II

SÍTIO RECANTO DAS LETRAS, 08.04.2014

Acreditamos que já chegou a hora de se resolver esse problema. Existem muitos loteamentos espalhados no Perímetro Urbano da cidade e, com verdadeiros espaços vazios, que poderiam muito bem, acolher esses ribeirinhos e resolver esse problema de uma vez por todas.

Basta um pouco de coragem política e uma dose de sensibilidade por parte da iniciativa privada para solucionar esse problema. Ou seja, a Prefeitura, em parceria com a iniciativa privada, poderia resolver isso da seguinte maneira: arruma-se outro lugar para colocar os ribeirinhos e faz-se um parque ecológico às margens dos Córregos Arareau e Rio Vermelho, no caso de Rondonópolis e nos córregos Figueiras, Buritis etc., em Tangará da Serra, dos córregos Cará, Tiúba, Neblina, Jacubinha, Raizal, etc. em Araguaína – TO. E por falar em Neblina na cidade de Araguaína, após a implantação da urbanização de suas margens parece ter aumentado e muito o problema de alagamento, principalmente para quem mora a sua margem direita próximo da TO -222. Qualquer chuva já ocasiona problemas aos seus moradores e a TV já mostra a sua calamidade. Aliás, urbanização/canalização não é a forma correta de resolver problemas de enchentes em lugar nenhum, mas o poder público insiste em trabalhar dessa forma ao invés de se revitalizar as beiras dos córregos.

É claro, o retorno econômico é demorado, mas suficiente para cobrir os gastos que se têm todos os anos no período das enchentes. Além disso, a questão ambiental seria resolvida, dando lucros qualitativos e quantitativos não só para a prefeitura e iniciativa privada, como para toda a sociedade rondonopolitana, tangaraense, araguainense e tantas outras.

O grande problema do poder público é que ele só trabalha com resultados em curto prazo. O planejamento em longo prazo é algo que não existe na cabeça de nossos governantes. No máximo, planejam uma determinada ação para quatro anos de governo. Isto quando planejam. Geralmente, a cidade cresce na base do improviso e fica por isso mesmo.

Aires José Pereira é graduado e Especialista em Geografia pela UFMT, Mestre em Planejamento Urbano pela FAU-UnB, Doutor em Geografia na UFU, prof. Adjunto da UFT e escritor com 12 livros publicados.

Poeta Aires



Caarapó realiza trabalho de acompanhamento contínuo com antropólogo da Capital
SÍTIO JORNAL PRELIMINAR, 08.04.2014

A prefeitura de Caarapó, através da Secretaria de Assistência Social, está investindo cada vez mais, no chamado trabalho de acompanhamento antropológico. Uma vez por mês a administração municipal está trazendo da Capital, o professor e antropólogo Antonio Hilário Aguilera Urquiza, o qual vem ao município para acompanhar as atividades do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Indígena, na Aldeia Te'ýikue, dos Kaiowá e Nandeva.

No período da manhã o antropólogo acompanha as atividades da equipe na aldeia (Programa Bolsa Família, Grupos de mulheres, crianças e jovens, pessoas com deficiência, produção agrícola, geração de renda, entre outros). No período da tarde o encontro de capacitação acontece na sede do município, com as equipes do CRAS Indígena e CRAS Urbano, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Conselho Tutelar e convidados.

Segundo a secretária de Assistência Social, Zoraide Cáceres Rojas Vieira, a partir de textos antropológicos, busca-se iluminar a realidade do atendimento aos usuários do Sistema Único de Assistência (SUAS), com orientações acerca da realidade sociocultural destes povos originários, pois já viviam nestes territórios, muito tempo antes da chegada dos europeus e dos colonizadores.

"São momentos ricos de estudo e trocas de experiências entre as equipes e o professor, prática que contribui com o exercício da profissão e com atividades que envolvem os indígenas no Município de Caarapó", observou Zoraide.

A secretária disse ainda que no último dia 2, o encontro na aldeia reuniu representantes de vários seguimentos da comunidade indígena (escola, lideranças, mães, jovens, entre outros), assim como a equipe da Secretaria de Assistência Social, para apresentar a nova equipe do CRAS Indígena, assim como as atividades desta equipe.

Já no período da tarde do mesmo dia, o encontro de capacitação aconteceu no Centro da Criança e a reflexão deu-se a partir do texto sobre "A realidade atual dos Guaranis em Mato Grosso do Sul", o qual serviu para ampliar o debate tendo em vista as práticas dos profissionais da assistência no município.

Zoraide enfatizou também que o prefeito Mário Valério (PR), tem dado total apoio para a realização desses estudos, os quais segundo ela fortalece o trabalho dos profissionais que tem como principal objetivo desenvolver ações voltadas a realidade cultural dos povos indígenas. "Para mim é um sonho realizado, pois conheço o professor Hilário há um bom tempo e o mesmo é uma pessoa que eu admiro demais por causa da sua intelectualidade, do seu conhecimento e da facilidade que tem para ensinar. Tenho certeza que o município vai ganhar muito com esse acompanhamento", finalizou Zoraide Cáceres Rojas Vieira.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 64./ 2014

Brasília, 08 de abril de 2014.

O antropólogo Antonio Hilário Aguilera Urquiza é Doutor em Antropologia de Iberoamérica pela Universidad de Salamanca. Mais informações sobre o trabalho na Secretaria de Assistência Social.

Caarapó News



Apelido de governador, idioma indígena e estádio de futebol influenciaram nomes de bairros da Capital

SÍTIO ISSO É NOTÍCIA, 08.04.2014

Cuiabá completa 295 anos nesta terça-feira (08) e é possível compreender boa parte da história da capital mato-grossense através do nome dos seus bairros. Carregando consigo traços de um passado, seja ele recente ou longínquo, as nomenclaturas das regiões do município representam marcas da sua história.

O nome de um bairro pode ser definido a partir de um projeto de lei, proposto por algum vereador, ou até mesmo consagrar-se por uso popular. O segundo caso é muito comum em Cuiabá, onde diversos lugares tiveram seus nomes alterados pelo fato de serem conhecidos popularmente de uma maneira diferente daquela que constava em órgãos oficiais.

O Isso É Notícia entrevistou o historiador e ex-prefeito de Cuiabá, Wilson Santos, que explicou alguns dos nomes dos bairros que compõem a capital mato-grossense. Homenagem a estádio de futebol, palavra de idioma indígena e até mesmo o apelido de um governador fazem parte das motivações que levaram a algumas das nomenclaturas.

Confira a lista de nomes de bairros:

Jardim Vitória – Tendo surgido através de ocupação em área pública, o bairro recebeu a nomenclatura após o Estado ter autorizado que os invasores ficassem na região. Houve uma votação para que os habitantes escolhessem o nome que seria dado ao local, venceu Jardim Vitória.

Dom Aquino - O bairro é uma homenagem ao ex-governador e arcebispo de Cuiabá, Dom Aquino Correia, que também era poeta e escritor. Aquino foi o primeiro mato-grossense a pertencer à Academia Brasileira de Letras. Ele governou o Estado entre os anos de 1918 e 1922. A região que possui nomenclatura em sua homenagem surgiu através da junção de vários bairros que ficavam próximos. Atualmente, o bairro possui aproximadamente 25 mil habitantes.

Verdão - Trata-se de uma homenagem ao então estádio de futebol Governador José Fragelli, conhecido popularmente como Verdão,

localizado na região. O nome do campo de futebol e do bairro são derivados da fama que Cuiabá ser uma cidade verde. O estádio do Verdão foi demolido em 2009, para dar lugar à Arena Pantanal, onde ocorrerão alguns dos jogos da Copa do Mundo 2014.

1º de março – O nome do bairro é em função do dia em que o mesmo foi fundado, 1º de março de 1991. A região surgiu através de ocupação em área privada.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 64./ 2014

Brasília, 08 de abril de 2014.

Pedra 90 – Um apelido do então governador e fundador do bairro, Jaime Campos, deu nome à região. Pedra 90 era a maneira como Campos era chamado pelos amigos.

Lixeira – Trata-se do nome popular da árvore típica do cerrado, *Curatella americana* L, que era muito comum na região. Por ser uma planta mais conhecida popularmente como Lixeira, acabou dando nome ao bairro.

Araés – Uma nação indígena que habitava o leste de Mato Grosso, à beira do Rio da Morte, chamava-se Araés. Para homenagear os indígenas, o nome da tribo foi atribuído ao bairro.

Coxipó – Provinda do dialeto Mutum, utilizado pela tribo dos Bororos, a palavra Coxipó significa pássaro e tornou-se nome de bairro como uma forma de homenagem aos povos indígenas.

CPA - Sigla derivada de Centro Político e Administrativo, o bairro teve esse nome pelo fato de o conjunto de órgãos públicos ter sido construído na região, no ano de 1978, pelo então governador José Fragelli. Na construção, estão localizados diversos órgãos do Estado, como o Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT) e a Assembleia Legislativa (AL-MT).



Pedido de demissão de indígena sem chancela da Funai é considerado nulo

SÍTIO ÚLTIMA INSTÂNCIA, 08.04.2014

Índio afirma ter assinado rescisão sem saber; empresa deverá pagar verbas rescisórias correspondentes à dispensa sem justa causa

Da Redação

O pedido de demissão feito por um indígena da aldeia Votouro, no Rio Grande do Sul, foi considerado inválido pela Justiça do Trabalho porque a rescisão não contou com a participação da Funai (Fundação Nacional do Índio), como exige o Estatuto do Índio (Lei 6.001/73).

O recurso de revista da empregadora, uma empresa de alimentos, não foi conhecido pela 8ª Turma do TST (Tribunal Superior do Trabalho), porque o exame do mérito exigiria a revisão dos fatos e provas do processo, procedimento vedado pela Súmula 126 do TST. Assim, ficou mantida a condenação da empresa ao pagamento de verbas rescisórias correspondentes à dispensa sem justa causa, como se não houvesse o pedido.

No recurso ao TST, a empresa alegou que o trabalhador, apesar de indígena, estava perfeitamente integrado à nossa cultura e, por isso, o pedido de demissão seria válido. No entanto, ao examinar o caso, a relatora no TST, ministra Dora Maria da Costa, destacou que o TRT-12 (Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, em Santa Catarina) registrou a ausência de elementos que indicassem o conhecimento, pelo trabalhador, do ato praticado e de suas consequências. Além disso, por ser indígena em vias de integração, a rescisão contratual deveria ter contado com a chancela da Funai, o que não ocorreu.

Diante desse contexto, a relatora entendeu que a decisão do Regional não violou os artigos 231 da Constituição da República e 4º e 8º do Estatuto do Índio, como alegava a empresa, apenas interpretou-os em face dos fatos e provas contidos nos autos. A reanálise desses pontos, porém, é vedada nos recursos ao TST, conforme estabelece a Súmula 126. Assim, por considerar ausente a violação legal indicada pela empresa, concluiu estar obstado o prosseguimento do recurso de revista.

O processo

Contratado pela empresa em 3 de julho de 2008 como auxiliar de produção da sala de cortes, o trabalhador teve rescindido seu contrato por suposto pedido de demissão em 2 de fevereiro de 2010. Para exercer suas atividades, deslocava-se de sua residência na área rural de Benjamin Constant do Sul (RS) até a cidade de Guatambu (SC), onde fica a sede da empresa, distante cerca de 80,5 Km. Perfazia diariamente cerca de 3 horas e meia de deslocamento entre a ida e a volta.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 64./ 2014

Brasília, 08 de abril de 2014.

Na reclamação, ele pediu a nulidade do pedido de dispensa, alegando que ele e muitos outros colegas de trabalho que moram na aldeia Votouro assinaram documentos de cujo teor não possuíam conhecimento. Afirmou que não pretendia pedir demissão, mas acabou assinando o pedido sem saber do que se tratava.

Ao julgar a ação, o juízo da 2ª Vara do Trabalho de Chapecó (SC) indeferiu o pedido, por entender que ele não tinha comprovado que foi induzido a erro ao assinar a demissão. O trabalhador, então, recorreu ao TRT, que verificou que ele residia em comunidade indígena e considerou que o fato de ter cursado o ensino fundamental e mantido relação de emprego apenas indicava que estava em vias de integração.

Segundo o Estatuto do Índio, os indígenas em vias de integração são os que, em contato intermitente ou permanente com grupos estranhos, conservam parte das condições de sua vida nativa, mas aceitam algumas práticas e modos de existência comuns aos de mais setores da sociedade, da qual vão necessitando cada vez mais para o próprio sustento. Nessas circunstâncias, a contratação de trabalho exige a prévia aprovação da Funai.

Processo: RR-4035-45.2011.5.12.0038



Bebê indígena de Parauapebas-PA morre com suspeita de infecção pelo vírus H1N1
SÍTIO FOLHA DO BICO, 08.04.2014

Uma criança indígena de um ano e três meses morreu neste domingo (6) após ficar sete dias internada na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) da ala pediátrica do Hospital Regional de Marabá, no sudeste do Pará. Os médicos suspeitam que uma infecção causada pelo vírus H1N1 tenha causado a morte do bebê da etnia Xikrin, que morava na aldeia Kateté, em Parauapebas, também no sudeste do estado. Outros casos do vírus já foram identificados na mesma aldeia.

A criança não havia sido vacinada contra o vírus H1N1. "Ela chegou com a suspeita de uma pneumonia, que poderia ser causada pelo vírus ou por uma bactéria. Diante das suspeitas a gente fez logo a coleta e tomou as medidas de profilaxia" conta a pediatra Cláudia Bueno. A equipe médica aguarda pelo resultado dos exames.

De acordo com Cláudia, a criança apresentava os sintomas característicos do H1N1. "A criança chegou com um quadro de febre elevada, falta de ar muito intensa e necessitou ser colocada em um aparelho para ajudar a respirar" disse a pediatra. Os sintomas teriam se manifestado no dia 19 de março, mas a família só procurou atendimento médico dez dias depois.

A demora na busca por tratamento é uma das principais causas da evolução do vírus, cujos sintomas já foram identificados em outros moradores da aldeia Kateté, de acordo com informações da Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará (Sespa).

"Foram identificados nove indígenas, mas que já receberam antiviral e estão sendo acompanhados. A população indígena está sendo acompanhada com relação à síndrome gripal nessa aldeia" disse Carla Garcia, diretora da Sespa. Os indígenas estão entre os grupos de risco que precisam de vacina contra o H1N1, assim como idosos, gestantes e crianças entre 6 meses e 5 anos de idade.



Indígena douradense morre atropelado em Santa Catarina

SÍTIO ITAPORÃ AGORA, 08.04.2014

Um índio de 59 anos, morador na Reserva Indígena de Dourados, morreu atropelado em Santa Catarina na noite de ontem (23), segundo o G1/SC. O homem foi atingido por um veículo VW/Gol, na rodovia SC-120, em Lebon Régis, Oeste catarinense.

As causas do acidente ainda estão sendo apuradas, mas segundo a PMR (Polícia Militar Rodoviária) e o hospital que atendeu a ocorrência, há suspeita de que a vítima e outros homens estivessem embriagados próximo à via.

O índio foi atingido no km 183 da rodovia. Ele chegou a ser levado para a unidade de saúde, mas já sem vida. O homem estava alojado em uma fazenda às margens da rodovia, onde trabalhava na colheita de maçã.

A PMRv informou que outras pessoas estavam com a vítima na hora do acidente, mas não soube precisar se ficaram feridas. Também não há confirmação se o homem atingido caminhava na via ou no acostamento. (Com informações G1/SP)



Artista Deuseri Félix retrata indígenas assim como os bororos que foram os que iniciaram a etnia da capital

SÍTIO FOLHA DO ESTADO, 08.04.2014

Nestes 295 anos de Cuiabá, muita coisa aconteceu. Já parou para pensar quantas histórias cabem em quase três séculos? Sem contar outras tantas de quando a cidade ainda nem existia, mas já haviam povos nestas terras, os indígenas. Estes sim, os primeiros cuiabanos de uma Cuiabá que nem existia. E são eles o foco da obra de Deuseri Félix, que luta para manter viva e sem distorções esta memória.

“É incrível a falta de informações que temos sobre os indígenas. Só sabemos o que a história fala e que nem sempre é verdadeiro”, comentou a artista plástica.

Alguns historiadores dizem que um povo sem memória é um povo sem história. E, conseqüentemente, por não ser capaz de lembrar do passado, se torna propício a repeti-lo. Esta divagação se encaixa à recorrente atitude do homem branco em tentar integrar o indígena ao seu modo de viver, muitas vezes sem respeitar sua cultura e sem nenhum interesse em aprender com a mesma. “A sociedade não soube absorver o maior legado indígena, que é o significado da vida, que, para eles, é a natureza. [...] Numa aldeia, a gente aprende que o que fazemos numa cidade não vale nada. Lá, eles levantam às 5h da manhã pra ver o Sol nascer e sentir sua energia”, discorreu Félix.

Suas telas são marcadas por cores quentes e vibrantes e pelo relevo decorrente das pinceladas carregadas de tinta. E ela usa elementos da natureza para a composição das cores primárias. Pintura mais cuiabana impossível. Ela extrai o vermelho do urucum, o azul do jenipapo e o amarelo do pequi. Sua obra já foi exposta em várias galerias brasileiras e diversos países pelo mundo.

Sua convivência com os índios fez com que ela passasse a admirar a sensibilidade e sabedoria indígena. E ao olhar o legítimo cuiabano, a artista consegue enxergar um pouco desta áurea. “Cuiabano mesmo não tem muito pelo, praticamente nenhum. E tem a pele um pouco rubra e um jeito de falar manso. E muitos têm o costume de sair no final da tarde, sentar na porta da casa e só ficar observando. Essa calma me lembra a dos índios”, relatou Félix.

Atualmente, aos 59 anos, ela continua cheia de disposição e não se queixa de nada, pelo contrário. “A deficiência física só me trouxe eficiência. Passei a ser mais sensível, mais compreensiva, estar sempre presente nos lugares e ajudar o próximo. Peço aos governantes que nos aceitem como pessoas normais e não como coitadinhos”, desabafou.

Essa maneira compreensiva de encarar o mundo pode tê-la ajudado na relação com os índios. Pois, ao todo, ela já visitou mais de 20 aldeias e chegou a ficar 40 dias em uma delas. Conheceu seus costumes, presenciou celebrações e ritos de passagem e até se alimentou de macacos e piracajás (parente das tartarugas). Ela conta que eles assam os animais com as

CONT.



vísceras e só as tiram na hora de comer, dando à carne um sabor especial. “Fica uma delícia! Muito saborosa e succulenta!”, exclamou. E também disse que não usam sal nem gordura pelos efeitos nocivos à saúde. “Eles costumam dizer que o que mata o branco é a boca”, concluiu.

A próxima exposição da artista está marcada para agosto, na Ilha da Madeira, em Portugal. Suas obras variam de 500 até 20 mil reais, dependendo do tamanho, das técnicas e de onde serão expostas. Ela não nega que cobra mais caro fora do Brasil e que, aqui, coloca um preço mais em conta. E disse que espera continuar retratando os povos indígenas para manter, com fidelidade, suas memórias vivas. Pois, conservando a história dos primeiros habitantes destas terras, também é uma maneira de conservar a história de Cuiabá.



Palmas apresenta projeto para Jogos Mundiais Indígenas

SÍTIO PORTAL NORTE, 08.04.2014

O presidente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer (Fundesportes) Ten. Cleyton Alen, está em Brasília, onde apresenta o projeto e defende a candidatura de Palmas à sede da I edição dos Jogos Mundiais Indígenas. O evento está previsto para acontecer em julho de 2015.

O gestor chegou à Capital Federal na tarde de segunda-feira, 07, e participou de uma reunião no Ministério do Esporte, onde apresentou o projeto técnico, além de um vídeo (<http://youtu.be/VNwyGx3ciRY>) que fala da potencialidade de Palmas e dos detalhes que foram planejados para o evento.

“Todo esse trabalho começou com a nossa vontade de fazer parte deste processo, desde o início de 2013. Busquei informações e quando soube dos detalhes deste evento, tive certeza de que Palmas seria forte candidata. Depois participamos de diversas reuniões e estive em Cuiabá (MT) acompanhado do prefeito Carlos Amastha, durante a realização dos Jogos Nacionais em 2013 para oficializar nossa intenção. A nossa boa vontade com certeza é um ponto a favor”, destacou Alen.

Nesta terça-feira, 08, o presidente da Fundesportes se reúne com o presidente do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC), Marcos Terena, para realizar uma nova apresentação do projeto. O Comitê é detentor dos direitos sobre os Jogos Mundiais Indígenas e parte importante neste processo de escolha da sede.

Para a elaboração do projeto, a Fundesportes contou com o apoio do Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Palmas (Impup), Fundação Cultural, Agência de Turismo, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade, Secretaria Estadual de Infraestrutura e do Colegiado Setorial Indígena do Conselho Nacional de Políticas Culturais do Ministério da Cultura. Palmas disputa com duas cidades do Pará, Belém (capital) e Marabá, o direito de ser sede da competição. O anúncio oficial será feito dia 19 de abril, data em que se comemora o Dia do Índio. (Fonte: Ascom/Fundesportes)



Mulheres indígenas buscam espaço em conselhos federais

SÍTIO DOURADOS AGORA, 08.04.2014

Proposta foi aceita na 1ª Oficina de Formação e Informação de Mulheres Indígenas.

Reunidas durante três dias na Fundação Nacional do Índio (Funai), em Brasília, mulheres indígenas das várias regiões do País decidiram reivindicar participação na formulação de políticas públicas como no Conselho Nacional de Saúde (CNS) e no Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM).

Essa foi uma das decisões tomadas, na tarde de quinta-feira (3), na etapa final da I Oficina de Formação e Informação de Mulheres Indígenas - Espaço Nacional de Diálogo, promovida pela Funai e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR).

Durante a oficina foram discutidas questões como o papel das mulheres indígenas em relação à regularização fundiária, gestão ambiental e territorial em terras indígenas.

Segundo a coordenadora-geral da Diversidade da SPM, Maria de Lourdes Rodrigues, é fundamental que as mulheres indígenas tenham espaço nas instâncias de participação e controle social das políticas.

"Desta forma elas estarão melhor representadas e poderão reivindicar ações que visem a melhoria das condições de vida dessa população", afirmou a coordenadora.

Parceria SPM/Funai

Para Rosemeire Arapasso, da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (Umiab), a oficina serviu para ampliar o conhecimento e acesso a informações. "Precisamos ter os mesmos conhecimentos das demais mulheres que fazem parte de movimentos sociais", enfatizou.

Alda Silva, da etnia guarani kaiowá, de Mato Grosso do Sul, disse que a oficina serviu como um espaço de renovação e ampliação de conhecimento.

"Vou levar o que aprendi para minha região e repassar o conhecimento que adquiri", afirmou.

Para a representante de Roraima, Pierlangela Wapichana, a oficina foi "muito enriquecedora e vamos multiplicar o conhecimento".

Durante o encerramento da oficina, a presidenta da Funai, Maria Augusta Assirati, destacou que o olhar das lideranças das mulheres indígenas pode influenciar na política indianista como um todo.

"Foram discutidas questões fundamentais como o papel da mulher no processo de demarcação das terras indígenas", destacou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 64./ 2014

Brasília, 08 de abril de 2014.

Na visão da presidenta, a oficina consolidou uma parceria entre a Funai e SPM no sentido de fortalecer a organização das mulheres indígenas. (Secretaria de Políticas para as Mulheres)



Lei aprova orçamento de R\$ 200 mi para fundo de terras indígenas em MS

SÍTIO DOURADOS AGORA, 08.04.2014

Lei publicada no Diário Oficial do Estado de sexta-feira (4) aprovou o orçamento do Fundo Estadual de Terras Indígenas (Fepati) para 2014 em Mato Grosso do Sul. O texto é assinado pelo governador André Puccinelli (PMDB).

Segundo a publicação, o Executivo fica autorizado a abrir crédito especial ao orçamento vigente até o limite de R\$ 200 milhões.

O projeto de lei do orçamento do Fepati deu entrada na Assembleia Legislativa no dia 19 de março e foi aprovado na quarta-feira (2).

Na mensagem enviada aos deputados estaduais, o governador destacou que a proposta conta com a parceria e o compromisso do governo federal em destinar recursos para aquisição de terras em torno da área indígena Buriti, em Sidrolândia, a fim de acabar com o conflito existente entre proprietários rurais e a comunidade indígena. (G1)



Farsul mobiliza produtores para audiência sobre terras indígenas em Passo Fundo (RS)

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 08.04.2014

Passo Fundo (RS) receberá, no dia 11 de abril, audiência pública de comissão da Câmara Federal que debaterá a questão da desapropriação de terras para formação de reservas indígenas. O objetivo é debater a PEC 215, que transfere da União para o Congresso a homologação de terras indígenas e tem apoio da Farsul. A entidade está convocando produtores rurais ligados aos seus sindicatos para comparecer ao evento. "O espaço para a população discutir essas questões é nessas audiências que serão feitas em todo o país. Convocamos todos os produtores, não apenas aqueles ameaçados de perder suas áreas, para participar. A sociedade, representada no parlamento, tem de ser ouvida antes dessas desapropriações", destacou o Paulo Ricardo de Souza Dias, presidente da Comissão de Assuntos Fundiários da Farsul.

Atualmente, o Brasil tem 13% da área em reservas indígenas, enquanto Estados Unidos tem menos de 2%, e Austrália, em torno de 3,8%, comparou o dirigente. No Rio Grande do Sul, já há 21 áreas indígenas, em 31 municípios, totalizando 96 mil hectares. Segundo levantamento da Farsul, a Funai pretende ampliar para 30 áreas, retirando 4.150 famílias de produtores rurais de suas localidades, aumentando em 100 mil hectares as áreas indígenas. Os mais afetados são os pequenos produtores. "Isto causa um desarranjo social e econômico nessas comunidades atingidas, porque faz com que este produtor migre do campo, causando inchaço das cidades", explicou Dias.

Por isso, foi formado um comitê estadual - reunindo entidades como Famurs, Fetag e Farsul - para discutir com a sociedade a situação de terras indígenas e quilombolas. "Esta política atual não tem resolvido os problemas dessas comunidades, que são de alimentação, moradia e fome", destacou Dias.

Fonte: Farsul



Pesquisas arqueológicas nos territórios indígenas serão tema de discussões

SÍTIO PUC NOTÍCIAS, 08.04.2014

A PUC Goiás realiza, de 19 a 25 de abril, dois grandes eventos voltados para os problemas atuais das populações indígenas, que devem receber mais de 5 mil pessoas. A IV Jornada de Arqueologia no Cerrado e a Semana dos Povos Indígenas, esta última realizada a mais de três décadas pelo Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) da PUC Goiás, abordarão de forma integrada a temática Etnoarqueologia e Territórios Indígenas. O objetivo é fomentar os debates contemporâneos acerca das pesquisas arqueológicas desenvolvidas em áreas de Cerrado e suas interfaces com as pesquisas realizadas nas demais áreas do território brasileiro, além de promover reflexões sobre as múltiplas realidades vividas pelos grupos indígenas no Brasil.

As programações, que contam com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de Goiânia, devem mobilizar escolas, universidades e a sociedade civil e governamental. Serão realizadas mesas-redondas, palestras, projeções de filmes, atividades artísticas e apresentação de trabalhos científicos. Os eventos serão realizados nos auditórios da PUC Goiás, no Memorial do Cerrado, no Centro Cultural Jesco Puttkamer, e no Centro Municipal de Cultura Goiânia Ouro.

A abertura da IV Jornada de Arqueologia no Cerrado e da Semana dos Povos Indígenas será realizada no dia 22 de abril, às 19 horas, no Auditório da Reitoria, na Área 4, com a palestra Etnoarqueologia e Territorialidade Indígena, ministrada pelo mestre Tonico Benites, da tribo Guarani Kaiowa, e Dr. Jorge Eremites de Oliveira, da Universidade Federal de Pelotas. As programações contarão com a presença de grupos indígenas Karajás, Tapuios, Guarani, Kaiowá e Maxacali, de representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e de professores doutores da Universidade São Paulo, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Pelotas e Universidade Federal de Goiás.

Durante a IV Jornada, a universidade irá criar um espaço de integração entre arqueólogos, antropólogos, povos indígenas e sociedade em geral, para promoção do debate em torno de estudos contemporâneos, investigações e tendências atuais relacionadas à Etnoarqueologia, com foco na questão territorial indígena. A Etnoarqueologia é resultado da investigação do comportamento humano e da sua relação estabelecida com a cultura material, sendo que toda ação humana, seja qual for sua origem, deixa consequências materiais que seguem um padrão etnográfico e suas evidências refletirão no registro arqueológico.

Programação

Serão realizados durante a programação oficial do evento a Mostra de filmes etnográficos e arqueológicos, sediada no Centro Municipal de Cultura Goiânia Ouro, e o II Encontro de Egressos de Arqueologia e Antropologia da PUC Goiás.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 64./ 2014

Brasília, 08 de abril de 2014.

A Mostra, que será organizada pelo Núcleo de Documentação Audiovisual, apresentará filmes como O coração da floresta, O destino do coronel Fawcett e O reinado da Floresta, de Adrian Cowell, Visões da floresta, de Vicente Rios, entre outros. A exibição dos filmes é franca.

O Encontro irá trazer os egressos dos cursos de Arqueologia e Antropologia para discutir a formação recebida e a atuação no mercado de trabalho. Estas informações servem de instrumento avaliativo para as políticas de ensino praticadas nos referidos cursos.

Show

O evento será encerrado com show musical do grupo indígena Brô MC, na Praça Universitária, às 21 horas, no dia 25 de abril. O estilo rap foi a escolha dos músicos, todos jovens da aldeia Jaguapirú Bororó, de Dourados (MS). O grupo foi ganhador, em 2009, do Festival Rap Popular Brasileiro, e começou a carreira em 2007. Eles são o primeiro grupo de rap indígena do Brasil. Nas letras ficam explícitas a situação de violência física e moral no meio em que vivem: uma situação de permanente instabilidade, que inclui o alcoolismo, o uso de drogas e a prostituição entre os jovens índios.



MPF recomenda que Seduc institua magistério indígena no Ceará

SÍTIO MISÉRIA.COM, 08.04.2014

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou à Secretaria de Educação do Ceará (Seduc) que institua e regule, num prazo máximo de um ano, o magistério indígena, através da criação da carreira de professor indígena. Desde o ano 2000, os professores indígenas no estado vêm sendo contratados por meio de contrato cujo vínculo é precário e sem as garantias trabalhistas devidas.

De acordo com a recomendação expedida pelo MPF, a admissão nos quadros do magistério público deverá ser feita por meio de concurso público específico e adequado às particularidades linguísticas e culturais das comunidades indígenas. Deverão ser garantidos aos professores indígenas os mesmos direitos a que fazem jus os demais docentes, com níveis de remuneração correspondentes ao seu nível de qualificação profissional e jornada de trabalho conforme estabelecido na Lei nº 11.738/2008.

Como lembra o procurador da República Francisco de Araújo Macedo Filho, autor da recomendação, o direito a uma educação escolar diferenciada para os povos indígenas está assegurado pela Constituição Federal de 1988. "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens", diz o artigo 231 da Constituição.

Para Macedo Filho, a qualidade sociocultural da educação escolar indígena necessita que sua proposta educativa seja conduzida por professores indígenas pertencentes às suas respectivas comunidades. "Os professores indígenas, no cenário político e pedagógico, são importantes interlocutores nos processos de construção do diálogo intercultural, mediando e articulando os interesses de suas comunidades com os da sociedade em geral e com os de outros grupos particulares, promovendo a sistematização e organização de novos saberes e práticas", ressalta o procurador.

Recomendações são um dos tipos de instrumentos de atuação utilizados pelo Ministério Público. Elas são enviadas a órgãos públicos para que eles cumpram determinados dispositivos constitucionais ou legais. Os órgãos públicos não estão obrigados a atender as recomendações, mas ficam sujeitos a medidas judiciais em função dos atos indevidos.

Assessoria de Comunicação Social
Ministério Público Federal no Ceará



Em audiência pública sobre PEC 215, deputados ouvem queixas de índios
SÍTIO AMAMBAI NOTÍCIAS, 08.04.2014

Parlamentares da comissão especial da Câmara criada para debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 estiveram ontem (7) em Marabá (PA). Eles participaram de uma audiência pública sobre a PEC, que transfere ao Parlamento a prerrogativa de homologação de terras indígenas. Os deputados ouviram reclamações de índios sobre o acesso à saúde e educação públicos. A queixa deve ser usada como um dos argumentos de que o atual modelo de gestão das questões indígenas é ineficiente.

"Apesar de mostrarem uma insegurança muito grande quanto à mudança na forma de demarcação de suas terras, os índios também se queixaram de dificuldades no acesso à saúde e educação", explicou a assessoria do deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA), membro da comissão. Deputados, prefeitos, representantes da sociedade e lideranças indígenas participaram da audiência pública marcada pelo "respeito mútuo", disse a assessoria do deputado.

Após o debate, Queiroz foi convidado para visitar algumas aldeias e explicar as propostas de mudanças na forma de demarcação de terras. As datas para esse encontro ainda serão marcadas. "É importante ouvir os índios. É um debate para esclarecer o teor da PEC, você tem que democratizar o debate, para fazê-lo melhor", disse o deputado. Antes de apresentar o texto à Câmara, a comissão especial vai fazer mais seis audiências públicas até chegar à redação final. O último debate será dia 6 de junho em São Paulo.

No ano passado, a PEC 215 provocou revolta de índios, que chegaram a invadir o plenário, em abril, para impedir a criação da comissão especial, que acabou sendo formada em dezembro. Durante os debates sobre a formação da comissão, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, se posicionou contra a PEC, a qual julgou inconstitucional.

"Expressamos, em nome do governo, a posição contrária à aprovação da PEC 215, por entender que ela é inconstitucional. Ela fere cláusulas pétreas da Constituição. Não resolve o problema [das demarcações] e gera situações de conflitos que precisam ser resolvidas. Demonstramos que, se o Congresso aprovar a PEC, ela não sobreviverá no Supremo Tribunal Federal. Será buscar uma solução que, na verdade, é a criação de mais um problema", disse Cardozo.

Para o ministro, a melhor forma de resolver o impasse em torno da demarcação de terras indígenas passa pelo debate entre as diferentes partes. "Eventuais mudanças legislativas têm que ser pactuadas entre representantes indígenas, parlamentares e governo, porque nada se resolve na questão indígena sem pacto".